



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA CENTRAL METROPOLITANA**Ata da 49ª reunião, realizada em 6 de novembro de 2024**

Em 6 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana (URC CM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente suplente Liana Notari Pasqualini, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Fernando Barbosa e Benício de Abreu, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Denison Gatti, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Marcos Miguel Temponi Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Lucas Pardini Gonçalves, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi, da Prefeitura de Belo Horizonte. Representantes da sociedade civil: Monicke Sant' Anna Pinto de Arruda, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Geraldo Magela da Silva, do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg); Eustáquio Costa Soares, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Maria Elizabete Patrícia Pimenta de Carvalho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Fábio Croso Soares, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Fernanda Raggi Grossi, do Centro Universitário UNA. **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Liana Notari Pasqualini declarou aberta a 49ª reunião da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fábio Croso Soares/Promutuca: "Eu só queria fazer uma consideração, presidente, que é quanto ao site do SLA. Não estamos tendo acesso como conselheiro ao site do SLA para consulta dos processos. Eu até já encaminhei essa solicitação para vocês, mas parece que ainda está com algum problema técnico. Então só deixar registrado aqui para poder tentar verificar como resolver essa situação. Muito obrigado." Presidente Liana Notari Pasqualini: "Ok. A demanda será repassada para o setor responsável." **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Em seguida, Felipe Brait Carneiro Gonçalves, da SEMAD, se colocou à disposição para esclarecimento de dúvidas e recebimento de críticas e sugestões ao novo sistema. **5) EXAME DA ATA DA 48ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 48ª reunião da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada em 7 de agosto de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, Ocemg, Instituto Espinhaço e Promutuca. Abstenções: Sede e SME. Ausência: UNA. Justificativas de abstenções. Os conselheiros Fernando Barbosa e Benício de Abreu, representante da Sede, e Eustáquio Costa Soares, da SME, justificaram abstenção de voto pelo motivo de não terem participado da reunião anterior. **6) PROGRAMA DIÁLOGOS COM O SISEMA: "CONTROLE AMBIENTAL E CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES NOS PERÍODOS CHUVOSOS E DE ESTIAGEM, EXPERIÊNCIAS DO NUCAM CM NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE."** **Apresentação: URA Central Metropolitana.** Laércio Capanema Marques, da FEAM, fez apresentação sobre controle ambiental e cumprimento de condicionantes para os períodos chuvosos e de estiagem, incluindo experiências do Núcleo de Controle Ambiental da URA Central Metropolitana na região. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Em seguida, dentro do programa "Diálogos com o Sisema", foi aberto espaço para esclarecimento de dúvidas e debates sobre o tema. Manifestações. Presidente Liana Notari Pasqualini: "Muito obrigada, Laércio, pela sua apresentação, por compartilhar, com todos que estão participando e assistindo, esses exemplos das irregularidades que verificamos e também as estratégias de mitigação, que são tão importantes para garantir o desempenho ambiental dos empreendimentos já licenciados." Conselheiro Fábio Croso Soares/Promutuca: "Eu quero só parabenizar, Laércio, muito boa apresentação, os cases que você coloca eu acho que refletem bem a

realidade. Parabéns pela apresentação.” Conselheiro Fernando Barbosa e Benício de Abreu/Sede: “Eu gostaria também de parabenizar, Laércio, e falar que a Sede, como desenvolvimento econômico, tem trabalhado ao lado da SEMAD em vários pontos. Nós discutimos muito isso no Conselho de Cooperativismo, inclusive com algumas posições e demandas que o setor agro manda para nós, como por exemplo a questão de fiscalização às vezes sendo muito punitiva em determinados momentos, quando podia ser às vezes mais orientativa, para caso não se ajustasse vir com a punição. Um ponto que fica muito ressaltado é a questão de que às vezes não o fiscal da SEMAD, mas às vezes o policial militar já vai muito direto à punição. Então sempre estamos levantando esse alinhamento, quanto PM, quanto fiscalização, quanto nós mesmos e os outros agentes do Estado possamos cada vez mais estar alinhados. E eu acho que esse é um caminho que mostra que pode haver esse alinhamento e que desenvolvimento tem que ter responsabilidade, sustentabilidade. Nós vamos continuar usufruindo do ambiente porque precisamos crescer, desenvolver, mas isso tem que ter sustentabilidade e tem que ter respeito ao ambiente, sempre. Então sempre desenvolvimento, sim, com responsabilidade e todos caminhando juntos com o pensamento focado. Eu acho que o caminho está bem claro. Muito obrigado.” Conselheiro Geraldo Magela da Silva/Ocemg: “Eu represento aqui o sistema cooperativista mineiro, através da nossa entidade, que é a Ocemg, sindicato e organização das cooperativas do setor produtivo. Nós temos uma responsabilidade de representarmos aqui hoje em torno de quase 14% do Produto Interno Bruto do Estado, através das sociedades cooperativas que atuam em diversos ramos de atividade. Eu quero primeiro parabenizar a apresentação do Laércio e ressaltar que o nosso setor, nós temos compromisso com a sustentabilidade, somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas desde 2018 e que, portanto, estamos sempre dispostos a dialogar e estreitar os relacionamentos com os órgãos fiscalizadores no tocante, especificamente, à questão ambiental. Nós temos esse compromisso, temos procurado orientar as nossas sociedades cooperativas no sentido de estarem sempre atentas com essa questão da sustentabilidade. E sempre nos colocamos como responsáveis por estabelecer esse diálogo permanente com as instituições, com os órgãos fiscalizadores, com os órgãos de Estado, exatamente para que nós tenhamos a tranquilidade de garantir assertividade na aplicabilidade das políticas públicas no tocante à questão da preservação ambiental. Tendo em vista que nós atuamos em setores extremamente importantes, estratégicos, no setor agropecuário e também na produção de bens e serviços. E além do que nós temos também o nosso ramo das sociedades cooperativas de crédito, que são financiadoras de recursos para projetos de diversos tipos de empreendimento e que, portanto, temos procurado observar também toda a aplicabilidade das normas da legislação, tanto em nível local, como estadual, como federal, para que o nosso setor esteja cada vez mais alinhado com essa perspectiva da sustentabilidade. Então só ressaltar esse ponto e dizer que agradeço a oportunidade da apresentação que o Laércio fez e dizer que estamos aqui sempre à disposição também para esse diálogo permanente e que consigamos levar essas orientações de forma objetiva ao setor produtivo, para que a gente motive e minimize qualquer tipo de equívoco ou de conduta que não seja a recomendável e nem a legal. Nós temos compromisso com a legalidade, mas, sobretudo, com a sustentabilidade sob todos os aspectos.” Conselheiro Marcos Miguel Temponi Godinho/Crea: “A minha vida toda foi de doação ao saneamento básico, águas e efluentes, trabalhei 30 anos na Copasa e tenho muito critério para estar dando uma dica interessante. Parabéns, Laércio, pela sua colocação, é muito detalhada, mas eu acho que é essencial. Quando se fala muita coisa em poucas palavras, aquilo às vezes não fixa bem. Então precisamos ser detalhistas, realmente. Eu parabenizo a sua fala, a sua apresentação, e foco num ponto que diz respeito à minha conduta profissional. Eu trabalhei 30 anos na Copasa tratando águas, então vemos o dia a dia, a legislação, é tudo muito legal, existe lei para tudo. Mas só que as coisas não são cumpridas, e um fator importantíssimo também é a questão da fiscalização, o braço para se fiscalizar, e muitos órgãos não têm braços para fiscalizar. Então normalmente fiscalizam aqueles que cumprem as leis, e os que não cumprem realmente não temos braço para fiscalizar. Então eu quero fazer uma colocação aqui, é um detalhe muito importante, e eu gostaria que todos pensassem nisso. Quando projetamos um sistema de abastecimento de água, tem uma demanda de água calculada por uma população. Então nós determinamos qual que é a fonte produtora. A fonte produtora é uma captação superficial. Então daquela captação superficial retiramos a água e mandamos para um processo de tratamento, uma estação de tratamento, normalmente, convencional. A captação recebe ao longo do ano, do ciclo hidrológico, no período chuvoso, o carreamento de muita coisa que o Laércio mostrou, com critério. Então nós que estamos tratando a água passamos por muitas dificuldades. A turbidez da água ao longo do período de seca chega à faixa de 30 unidades nefelométricas de turbidez, que é a unidade que mede o material suspenso na água. Então esse material, no período chuvoso, essa turbidez, que é 30, normalmente, pode chegar a 1.000, 2.000 de turbidez. Então nós tratamos essa água com dificuldade, retiramos todo aquele sólido da água para potabilizar a água e distribuir à população. Agora vem o ponto fundamental, o calcanhar de Aquiles dessa minha conversa aqui:

esse não é o maior problema, é a solução retirar os sólidos da água. Agora, o maior problema é que pegamos um volume de água, e desse volume retiramos todos os sólidos. Já retiramos o volume do manancial. E devolve para o manancial o material sólido retirado, subtraído. Então a grande maioria das estações de tratamento de água não possui unidade de tratamento de resíduo. Então o correto de se fazer seria... Tem leis para tudo isso. Só que entra dia, sai dia, a coisa flui naturalmente e agredindo o meio ambiente. Retiramos o sólido da água, distribuímos a água cristalina e devolvemos aquele sólido para o manancial. Então o nível de concentração de sólidos no manancial, a partir daí, é muito maior. Então com isso acontece o assoreamento dos cursos d'água, dos mananciais. Isso não tem fim, entra dia, sai dia, direto. Eu estive em São Paulo, na Sabesp, semana passada, e deparei com situação hermeticamente fechada, é um sistema totalmente fechado. Eles captam a água, tratam a água, distribuem a água potável, e todo resíduo que é retirado da água é desidratado, colocado em caçambas, e isso vai para um aterro sanitário. Então não vai uma gota de água com sólidos retornando para o manancial. Agora, imagina que tratamos a água, distribuímos a água para a população, e a população faz o uso da água e ainda devolve o esgoto para o manancial. Então isso é um ciclo que aonde não tem tratamento de efluentes é pior ainda, é um caos. Eu tiro o que me serve, que é a água potável, devolvo tudo que não me presta e ainda uso aquela água tratada e não trato o efluente e devolvo também para o manancial. Então isso é um caos. Então isso é uma forma porque, para resolver esse problema, não precisa ter legislação, não precisa ter fiscalização, é só ter uma legislação eficiente que puna aqueles infratores. Eu estou falando de mim mesmo, eu tenho sistemas que sou contratado para operar, e não tem, é um sistema arcaico, eu sou obrigado a fazer parte de uma classe que é um vexame ao meio ambiente. Eu faço um apelo a todos vocês para que a gente foque realmente a questão das condicionantes, os usuários, as indústrias. O Laércio falou, todos os relatórios de condicionantes estão todos dentro dos padrões, mas por que os mananciais estão sendo tão agredidos? Porque existe um aquecimento nesses resultados de análise. Então eu não poderia perder a oportunidade de estar pegando uma carona com o Laércio para falar sobre isso, porque é um absurdo. Então eu faço das minhas palavras aqui um motivador para todos vocês que estão ligados ao meio ambiente para que possamos praticar, fazer alguma coisa pelo meio ambiente realmente. Muito obrigado.” Presidente Liana Notari Pasqualini: “Obrigada, conselheiro. Mais algum conselheiro gostaria de se manifestar? Eu só quero transmitir que, pelo site, não chegaram dúvidas, pelo YouTube, mas, sim, elogios à apresentação. Então mais uma vez obrigada ao Laércio pela sua apresentação... Um último recado, para aqueles que desejam certificados, solicitamos que respondam ao formulário, cujo link está logo abaixo na tela no YouTube... Nós encerramos o ‘Diálogos com o Sisema’, agradecemos essas participações e vamos dar continuidade à nossa pauta.”

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 7.1) Cypher Empreendimentos Imobiliários Ltda. Lote 35, Quadra 20. Condomínio Canto das Águas. Rio Acima/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0028862/2024-27. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0343 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0343 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Metropolitana. Intervenção ambiental aprovada por unanimidade, nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, Ocemg, SME, Instituto Espinhaço, Promutuca e UNA. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Pardini Gonçalves/MPMG: “Eu vou me abster de votar nos casos concretos, seguindo norma interna da Corregedoria do Ministério Público.”

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 8.1) RMR Areias Capim Branco Ltda. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Capim Branco/MG. Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/Nº 1575/2021. Classe 3. Apresentação: URA CM. Recurso indeferido por unanimidade, nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Faemg, Ocemg, SME, Instituto Espinhaço, Promutuca e UNA. Abstenção: MPMG. Justificativa de abstenção de voto do MPMG conforme registrada no item 7.1, em votação em bloco.

9) ASSUNTOS GERAIS. Não houve manifestações.

10) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Liana Notari Pasqualini agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Liana Notari Pasqualini



Documento assinado eletronicamente por **Liana Notari Pasqualini, Gerente**, em 11/12/2024, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **103581313** e o código CRC **1FC746B4**.

Referência: Processo nº 2090.01.0024900/2024-72

SEI nº 103581313